



A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE GOVERNO NO PERÍODO DE 1930 ATÉ 2016.

Andréa de Sousa Araújo¹
Alexsandro da Silva Freitas²
Rosa Domiciano Dias Vasconcelos³
Flávio Pimentel Cavalcante⁴
Francisco José Alves de Aquino⁵

INTRODUÇÃO

A história da Educação Profissional no Brasil, é marcada por transformações econômicas, sociais e políticas, ocorridas nos séculos, XIX, XX e XXI. Durante o século XIX, com a chegada da família real ao Brasil, aconteceu a abertura dos portos, e a permissão, para instalação das fábricas. No campo educacional, surgiram as primeiras iniciativas, voltadas, para o campo da educação profissional. Foram criadas as escolas superiores, nas mais diversas áreas, como, artes, direito, engenharia, medicina, comunicação.

Este trabalho pretende mostrar uma breve trajetória da Educação Profissional e apresenta um panorama das transformações econômicas, sociais e políticas, que ocorreram nos séculos, XIX, XX e XXI no Brasil, da criação da escola de artífices aos nossos dias, envolvendo as mudanças que ocorreram nas épocas de 1930 até 2016 sob a égide das políticas dos governos, leis, decretos que influenciaram a organização do sistema de educação brasileiro.

O Estudo sobre a trajetória da educação profissional é de extrema importância, uma vez que nos permitiu refletir sobre os fatores que influenciaram e impactaram diretamente no sistema de educação que temos hoje. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica através de um recorte histórico.

A análise das discussões e resultados mostram a expansão da educação profissional e aumento da sua oferta mediante políticas governamentais específicas de cada época. Por fim,

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica– PROFEPT do Instituto Federal do Ceará - IFCE, sousaandrea627@gmail.com;

² Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica– PROFEPT do Instituto Federal do Ceará - IFCE, alexsandromusique@gmail.com;

³ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica –PROFEPT do Instituto Federal do Ceará - IFCE, professorarosadias@gmail.com;

⁴ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica– PROFEPT do Instituto Federal do Ceará-IFCE, flawnop@gmail.com;

⁵ Professor Orientador: Doutor em Engenharia Elétrica, do Instituto Federal do Ceará– PROFEPT - IFCE, fcoalves_aq@ifce.edu.br

conclui-se o desenvolvimento da educação profissional no Brasil estiveram em consonância com o desenvolvimento social, político e econômico.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é bibliográfica, baseada nas interlocuções teóricas de autores de livros e artigos científicos sobre a trajetória da educação profissional no Brasil, através de um recorte histórico temporal que permitiu discutir e analisar os dados de uma forma exploratória. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p.44).

Para realizar a pesquisa dos dados históricos e científicos foram selecionados três livros de diferentes autores encontrados em bibliotecas públicas sobre a trajetória e políticas da educacional profissional no Brasil, e artigos científicos buscados em site de educação no país, publicado em revista brasileira que teve como critério a abordagem de informações sobre a história da educação profissional no Brasil, em período específico que compreende o intervalo de tempo entre 1930 a 2016 usando as seguintes palavras-chave; educação profissional, trajetória.

REFERENCIAL TEÓRICO

A criação do Colégio das Fábricas em 1809, pelo Príncipe Regente, D. João VI, considerada, a primeira escola técnica, no país, é o marco inicial, da educação profissional no Brasil, a partir desse momento, foram criadas várias instituições de ensino, direcionados, ao ofício e ao ensino, das primeiras letras, em uma perspectiva assistencialista: “A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, como afirma (RAMOS, 2014, p.24) Neste contexto é instalada, a primeira constituição, em 1824. No final do século XIX, aconteceu a proclamação da República, no contexto da promulgação da Constituição de 1889, e no início do século XX, em 1909, surgiram, as Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas, com o intuito, de oferecer, uma educação profissional, primária, gratuita, criadas, pelo Presidente Nilo Peçanha.

A trajetória da educação profissional no Brasil pode ser compreendida a partir das políticas públicas que compreende o período de 1930 a 2016. Na década de 1930, ocorreu a

revolução burguesa no Brasil, desencadeando o processo de industrialização, segundo (RAMOS, 2014, p.9). Neste período, também ocorreu a Reforma de Francisco Campos, que regulamentou a organização do ensino secundário, a partir dessa reforma, o ensino secundário adquire seriação e conteúdo próprio, e a estrutura educacional no Brasil adquire uma posição nacional.

No Brasil ocorreu um avanço significativo para a educação profissional, surgiram iniciativas uma de formação profissional criadas para o trabalho das atividades agrícolas e agropecuárias que conformaram a Rede de Escolas Agrotécnicas Federais, em 1937, os Liceus industriais surgem a partir das escolas de Aprendizes e Artífices, conforme (BRASIL, 2012, p. 36), ou seja, o período republicano, trouxe mudanças significativas para a educação no Brasil.

Entre (1930 a 1945, 1951, 1954) ocorreu a transição do governo Getúlio Vargas para o de Juscelino, durante a era Vargas foram criadas as indústrias de base, já no governo de Juscelino Kubitschek, foi o período de maior destaque para a educação profissional ocorreu entre 1956 e 1960 com seu Plano de Metas, abriu espaços para criação de multinacionais e investimentos, nos setores de energia e transporte, neste período, as escolas Industriais e Técnicas, em 1959 foram transformadas em autarquias federais, com a denominação de Escolas Técnicas Federais, com ampliação de cursos técnicos, conquistando sua autonomia e gestão, como destaca, (BRASIL, 2012, p.38).

A década de 70 foi marcada por reformas na educação brasileira, a profissionalização em todo o ensino de 2º grau tornou-se compulsória por meio da Lei nº5.692 de agosto, as reformas educacionais representavam o mito da economia planificada que representou o interesse dos governos da ditadura militar em implementar o desenvolvimento acelerado da economia com influência da máquina estatal. Nesta época, houve grande preocupação, com a formação qualificada dos trabalhadores, formando dois eixos de formação: a realização de trabalho simples, para a formação, dos operários, e a realização de função de prepostos, nas multinacionais, para a formação, em nível intermediário, em paralelo, com a formação propedêutica, sendo a preparação, para o acesso ao ensino superior direcionada às classes mais favorecidas, como salienta (MARISE, 2014, p.30-31).

Na década de 80, o Brasil enfrentou crise econômica, gerada pela alta inflação, mas mesmo assim, continuou o processo de desenvolvimento do ensino profissional, com a criação, em 1986, do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), pelo governo Sarney, com apoio financeiro, do Banco Mundial.

No início, da década de 1990, o Brasil, passa por um período de redemocratização, ocorre a privatização, das empresas nacionais, sob o comando do Governo Fernando Collor de

Melo, que deu início a um modelo de reestruturação econômica, com a intervenção do Estado, alinhado com ideal do neoliberalismo. No final do governo de Itamar Franco, foi criada a Lei nº 8948, de 8 de dezembro de 1994, que transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, foi criado também o Decreto n.2.208/97 que recebeu críticas quanto ao seu conteúdo. Desta época, o ponto evidencia-se um ponto desfavorável para a educação profissional, surgiu os programas de capacitação de massa para a formação do trabalho, o ponto positivo favorável é que a Lei nº 9.394/96 trouxe a possibilidade de articulação da educação profissional com o ensino médio, (RAMOS, 2014, p.46-47). Dando prosseguimento à ideologia neoliberal dos anos 90, que seguiu as orientações dos organismos financeiros internacionais, destacamos o governo de Fernando Henrique Cardoso que implantou políticas educacionais voltadas para o financiamento da educação com a criação do FUNDEF.

O período compreendido entre 2000 a 2016 merece destaque as políticas públicas do governo de Luís Inácio Lula da Silva, que reestruturou a educação profissional de nível por meio do Decreto 5.154/2004, a criação dos Institutos Federais de Educação por meio da Lei n.º 11.892/2008, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e alteração da Lei n.º 9.394/1996 trazendo um capítulo para o ensino médio, segundo (ORTIGARA, 2021, p.86).

O Decreto 5.154/2000 surgiu da articulação dos membros do governo em parceria com a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Mec, em meio a embates e discussões por parte de pesquisadores, educadores, sindicato, representantes dos governos estaduais, gestores, trabalhadores, em torno da manutenção, substituição e revogação do Decreto 2.208/97. Em julho de 2004 o Decreto 2.208/97 foi revogado e exarado o Decreto 5.154/2000 que propôs a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, representando uma estratégia política para recuperar a concepção de EPT, voltada para a qualificação profissional de forma integral.

Dando continuidade, ao processo de criação de políticas, para a educação profissional, Dilma Rousseff, assume a Presidência da República e governa até 2016, quando sofre o processo de impeachment, e institui, a Lei que, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), com objetivo de criar, projetos, ações, de assistência financeira, para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Segundo (ORTIGARA, 2021, p.148-149).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas educacionais por meio de leis e decretos criados durante a égide de governos conformecada época proporcionou a criação de instituições específicas, como, por exemplo; a criação de escolas técnicas, institutos de educação profissional visando capacitar os alunos em áreas específicas do conhecimento para o exercício da prática profissional, esses decretos e leis também estabeleceu parcerias público e privadas entre instituições de ensino, empresas e indústrias, promoveu atualizações no currículo da educação profissional e criou políticas de financiamento que expandiu a oferta de cursos na Rede Federal, “Cabe destacar, também, a expansão da rede federal de educação tecnológica, com a ampliação de suas funções para o ensino superior, integrado com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico, nos termos da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008”. (RAMOS, 2014, p.82).

Vale ressaltar que apesar das transformações no sistema educacional brasileiro, o ensino é ainda é marcado pela dualidade, como aponta:

[... o dualismo escolar ainda é bastante presente no Brasil, apesar da oferta e do quantitativo de matrículas ter aumentado nas últimas décadas, a desigualdade ainda continua predominante, tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito profissional, pois, mesmo com a importância social que a formação do sujeito traz para a economia nacional, esses valores ainda permanecem obscuros do ponto de vista produtivo. (DIAS, 2019, p.9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Evolução, da Educação Profissional, nos primórdios, esteve relacionada, ao desenvolvimento histórico, social, cultural, e econômico, da sociedade. O processo de industrialização, a proclamação da República, a Constituição de 1824, e de Francisco de Campos, a criação e alterações da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, são alguns dos acontecimentos, que, trouxeram mudanças, para a educação profissional, ou seja, as políticas de governo, ao mesmo tempo que impulsionaram o avanço no sistema educacional, também deixaram diversas lacunas e ambiguidades no que diz respeito ao funcionamento do sistema educacional brasileiro.

É preciso a criação de políticas públicas que contribuam para superação dessa dualidade estrutural que ainda existe no Brasil. Sugerem-se trabalhos que analisem as políticas públicas para a educação profissional, nos anos compreendidos em 2017 a 2022 para saber, se durante esses anos, o sistema educacional brasileiro teve mais avanços ou retrocessos.



Palavras-chave: Educação profissional, Trajetória, Brasil, Políticas, Governos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da rede federal de educação profissional e tecnológica.** Brasília: Editora IFB, 2012.

DIAS, Joilson Alcindo. **A importância da educação profissional para o mercado de trabalho contemporâneo.** *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [s. l.], v. 1, n. 16, p. 1-9, 2019. Semanal. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6029>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Coleção Formação Pedagógica, 2014. 5 v.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação integral.** Pouso Alegre, Minas Gerais: Edição Ampliada e Atualizada, 2021. 177 p.